

# Câmara aprova mudanças no IPTU

## Alteração do Código Tributário de Salvador atinge outros impostos como o ISS e o ITIV

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

Por 31 votos a 10, foi aprovado ontem o Projeto de Lei nº 439/17, que modifica o Código Tributário em Salvador. A votação aconteceu em uma sessão tumultuada na Câmara Municipal. Referendada com oito emendas, a matéria com 19 artigos altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, e da Lei nº 8.743, de 27 de setembro de 2013. O texto segue para a sanção do prefeito ACM Neto. A proposta de autoria do Poder Executivo trata dos valores do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITIV) e da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip).

O presidente da Câmara de Salvador, vereador Leo Prates (DEM), destacou a importância de alterações realizadas no projeto original para o aprimoramento do texto. Foram quatro emendas da Comissão de Constituição e Justiça e mais quatro de autoria dos vereadores, que foram apresentadas em plenário por Edvaldo Brito (PTB), Téo Senna (PHS) e duas de Tiago Correia (PSDB).

“A primeira mudança foi a redução do ISS para o mobiliário urbano de 5% para 2%. Outra alteração no texto foi a emenda, proposta pelo vereador Edvaldo Brito, que corrige eventuais pontos dúbios sobre as cobranças para os profissionais liberais. A outra mudança importante foi a supressão de alguns dispositivos que serão vo-



Foto: Antonio Queirós

**POR 31** votos a 10, foi aprovado ontem o Projeto de Lei nº 439/17, que modifica o Código Tributário em Salvador, em sessão na Câmara Municipal

tados no mês de outubro”, afirmou o presidente da Casa, vereador Leo Prates.

Aladilce Souza (PCdoB) criticou o projeto. Para a legisladora, a complexidade da matéria tributária exigiria mais debates. “O prefeito vem fazendo um laboratório

experimental com os tributos do município. Desde 2013 para cá, foram votados oito projetos tributários e a arrecadação continua descendo a ladeira”, contestou.

Na mesma sessão, por unanimidade, foi aprovado o PL nº 473/17, do Executivo municipal, que re-

ajusta em 2,5% os vencimentos dos cargos efetivos do Grupo Magistério, retroativo a 1º de setembro. O aumento será estendido aos professores que estão em estágio probatório, mas não contemplam os professores contratados pelo REDA nem os aposentados.

## Taxistas lotam galeria pela aprovação de projeto

Aos gritos de “vota hoje”, taxistas lotaram galerias da Câmara Municipal pedindo a aprovação do Projeto de Lei nº 327/2017, de autoria do vereador Joceval Rodrigues (PPS), que regulamenta a atividade dos chamados taxistas autorizados. O texto foi aprovado por unanimidade durante a noite.

O projeto altera a lei que regula o sistema, possibilitando a permanência dos servidores na atividade. Segundo a Associação dos Táxis e Associados, muitos servidores públicos são taxistas autorizados há mais de 30 ou 40 anos, como forma de complementação da renda, e es-

tão se sentindo ameaçados de perder seus direitos.

O impasse foi criado em 2016, quando o Ministério Público cobrou o recadastramento de todos os taxistas e recomendou ao Município que os servidores públicos transferissem seus alvarás a terceiros, o que afetaria cerca de 2000 motoristas.

## Tavares admite possibilidade de Leur disputar Senado

ROMULO FARO  
REPÓRTER

Em busca de novas lideranças em decorrência do declínio dos irmãos Vieira Lima, o PMDB baiano começa a alçar seus quadros a voos mais altos, na expectativa de valorizar seu passe para uma vaga para o Senado na provável chapa do prefeito ACM Neto (DEM) ao governo do Estado. Em entrevista à **Tribuna**, o presidente estadual da legenda, deputado Pedro Tavares confirmou que o nome do líder da oposição na Assembleia Legislativa, deputado Leur Lomanto Jr., é de fato cotado para entrar na disputa pelo Senado. Mas ele ponderou que “há muitos outros nomes ótimos no PMDB da Bahia”.

“Leu é um ótimo deputado e está fazendo um ótimo trabalho como líder da oposição na

Assembleia. Mas não é só ele. Temos ainda aí os deputados Hildécio Meirelles e Luciano Simões Filho e os outros deputados, temos Colbert Martins (vice-prefeito de Feira de Santana). O que não falta é nome no PMDB para disputar o Senado”, afirmou o presidente do diretório estadual do PMDB baiano.

O deputado Leur Jr. não atendeu às ligações nem retornou até o fechamento da edição. Sua assessoria disse que “ele ainda não comentou nada sobre isso até agora”. Ainda na entrevista de ontem, o presidente do PMDB baiano negou à **Tribuna** que haja articulação (muito menos ‘avançada’) para que o tucano Antônio Imbassahy (ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República) entre no partido, tampouco que lhe estaria assegurada a possível vaga do PMDB para disputar o Senado na chapa do prefeito ACM Neto no

pleito do próximo ano.

Pedro Tavares, além de negar a articulação com o tucano, disse que se ele entrasse no PMDB baiano a negociação seria feita única e exclusivamente pelo diretório estadual. Tem saído com frequência na imprensa informação de que Imbassahy já está acertado para entrar no partido com aval do presidente Michel Temer, e que já estaria assegurada ao ministro a candidatura ao Senado.

“Tenho acompanhado essas conversas todas pela imprensa, mas posso te garantir que nunca conversei com ele.”

A presidência estadual do PMDB é que vai tocar o destino do partido na Bahia. O que tem aí até agora é muita especulação. Se for procurar o presidente nacional do PMDB, ele vai dizer que é o estadual que vai responder. Essa questão é tranquila de resolver”, afirma Pedro Tavares.



**PRESIDENTE** do PMDB baiano não descartou que Leur Lomanto Jr. possa disputar uma vaga no Senado

## Secretaria de Cultura deve ser a próxima pasta a trocar de comando

ROMULO FARO  
REPÓRTER

Enquanto o governador Rui Costa (PT) não anuncia as mudanças que prometeu fazer nos próximos dias em seu secretariado, as apostas correm soltas nos bastidores da política baiana. Entre os que são dados como ‘certos’ para deixar a equipe do petista estão Jorge Portugal, secretário de Cultura da Bahia (Secult). No caso de Portugal, além de ele não estar ‘agradando muito no governo’, como disse à tribuna uma fonte em off, estaria pesando a influência do deputado estadual Rosemberg Pinto (PT) na Secult. Nos corredores da Assembleia Legislativa se diz que Rosemberg ‘já tem um cara certo’ para indicar ao governador para o comando da secretaria.

A **Tribuna** não conseguiu contato com o deputado até o fechamento do texto.

Ainda no rol dos ‘certos para sair’ está o velho conhecido Josias Gomes, deputado federal licenciado (PT) que está no comando da Secretaria das Relações Institucionais (Serin) de Rui.



**JORGE** Portugal deve ser substituído no comando da Secult. Ele já teria pedido demissão do cargo a Rui

Para seu lugar outro velho conhecido é cotado, o ex-governador Jaques Wagner (PT), atualmente secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado. Apesar de não estar à frente da pasta que oficialmente cuida dos assuntos político partidários do governador, Wagner já contribuiu com sua articulação política.

## “Prefeitura equilibra receitas, cortando despesas”, diz Paulo Souto

Cumprindo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, o secretário Paulo Souto (Fazenda) apresentou à Câmara de Salvador, ontem, o Relatório da Gestão Fiscal do Município no segundo quadrimestre de 2017. Em sua apresentação, Paulo Souto disse que as receitas municipais continuam sofrendo o impacto da crise econômica que se abate sobre o país desde o final de 2014 e ainda não foi controlada.

Pelos dados apresentados, as receitas totais do município entre janeiro e agosto deste ano chegaram a R\$ 3,793 bilhões, o que representa uma queda, em valores reais, de 3% quando comparado ao montante arrecadado no mesmo período de 2016. Aliás, segundo projeções de receita estendidas até o final do exercício de 2017, esta tendência de queda deverá provocar uma diminuição de cerca de R\$ 300 milhões no total da receita do município relativamente ao ano de 2016.

As receitas correntes totalizaram R\$ 3,574 bilhões nos dois primeiros quadrimestres do ano e caíram, em termos reais, 2,9% em relação ao mesmo período de 2016. Neste aspecto, o secretário ressaltou que, mantendo a tendência implantada desde 2013, as receitas de arrecadação própria superaram as de transferências no período na razão de 54% a 46%, respectivamente, o que forta-

lece a autonomia financeira e a capacidade da Prefeitura de formular políticas municipais próprias.

As receitas tributárias chegaram no período a R\$ 1,449 bilhão, caindo 0,75% em comparação com 2016. Na composição destas receitas, destacaram-se o ISS, com 40,96% do total e queda de 2%; o IPTU, com 29,36% do total e crescimento de 1,5%; e o ITIV, com 6,52% do total e queda de 16,1%.

A propósito do IPTU e da polêmica que se tem criado em torno desse imposto, Paulo Souto exibiu dados mostrando que, com R\$ 180,92 de IPTU per capita, Salvador ocupou em 2016 a terceira posição no ranking das capitais do Nordeste e a 13ª no ranking das capitais do Brasil, sendo essas, aliás, as mesmas posições que a capital baiana ocupava nesses rankings em 2012, o que prova que o contribuinte soteropolitano não sofreu qualquer ônus diferenciado relativamente aos moradores das demais capitais do Nordeste ou do país.

Quanto ao ITIV, o secretário destacou que a queda na arrecadação deste imposto continua severa e já acumula perto de 40% desde 2014, refletindo a enorme crise da indústria da construção e do mercado imobiliário da cidade, agravada pelo diferimento da receita relativa aos lançamentos imobiliários apenas para quando da emissão do ‘habite-se’.